

## **ESCOLA, INCLUSÃO E PSICOLOGIA: DAS DIFICULDADES ÀS POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO<sup>1</sup>**

### *SCHOOL, INCLUSION AND PSYCHOLOGY: FROM DIFFICULTIES TO POSSIBILITIES OF ACTION*

**Fernanda Borges Bertazzo<sup>2</sup>, Silvana Maia Borges<sup>3</sup> e Jéssica Jaíne Marques de Oliveira<sup>4</sup>**

#### **RESUMO**

O Brasil, país signatário de documentos inclusivos, teve como marco nos avanços das políticas de inclusão a década de 1980, pois nesse momento buscou a afirmação do direito à Educação das pessoas com deficiência. Entretanto, somente no ano de 2008 houve a intensificação das diretrizes que vinculam a ampliação da escolarização destes alunos, a partir da aprovação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Com isso, a política de inclusão escolar ofereceu a possibilidade de revisão das práticas escolares excludentes, ocasionando reflexões contínuas da ação e do compromisso com a mudança no tratamento da diversidade humana, convocando a Psicologia ao debate da inclusão e o questionamento sobre sua contribuição com a educação inclusiva. Diante do exposto, este trabalho teve como objetivo principal compreender o papel da Psicologia frente à educação inclusiva. Como objetivos específicos, apontar as principais dificuldades da inclusão no contexto escolar no Brasil, identificar as ações que a Psicologia pode desempenhar para promover a inclusão; e verificar o papel da nova Lei nº 13.935 frente à educação inclusiva. Para isso, realizou-se uma revisão bibliográfica, onde os resultados foram transcritos e apontados em categorias. As análises indicaram que a Psicologia possui papel expressivo na inclusão devido a sua compreensão sobre o desenvolvimento humano e a subjetividade, sendo que uma das ações mais frequentes, realizadas pelos psicólogos inseridos na educação, é a busca por suscitar reflexões com a comunidade escolar sobre a inclusão, rompendo os estigmas existentes e as generalizações acerca dos alunos com deficiências.

**Palavras chave:** Deficiência, Educação Inclusiva, Psicologia Escolar.

#### **ABSTRACT**

*Brazil, a signatory country to inclusive documents, had the 1980s as a milestone in the progress of inclusion policies, as it sought to affirm the right to education of people with disabilities at that time. However, only in 2008 that there was an intensification of the guidelines that link the expansion of schooling of these students, after the approval of the National Policy on Special Education in the Perspective of Inclusive Education. With this, the school inclusion policy offered the possibility of reviewing exclusionary school practices, causing continuous reflections on action and commitment to change in the treatment of human diversity, calling Psychology to join the debate on inclusion and questioning its contribution to inclusive education. Given the above, this work had as its main objective to understand the role of Psychology in relation to inclusive education. As specific objectives, to point out the main difficulties of inclusion in the school context in Brazil, to identify the actions that Psychology can perform to promote inclusion; and to verify the role of the new Law No. 13,935 in relation to inclusive education. For this, a bibliographic review was carried out, with results*

---

1 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da Faculdade Integrada de Santa Maria-FISMA

2 Acadêmica de Psicologia. Faculdade Integrada de Santa Maria - FISMA. E-mail: fernandabertazzob@gmail.com

3 Professora de Psicologia. Faculdade Integrada de Santa Maria - FISMA. E-mail: silvana.borges@fisma.com.br

4 Professora de Psicologia. Faculdade Integrada de Santa Maria - FISMA. E-mail: jessica.oliveira@fisma.com.br

*transcribed and pointed out in categories. The analyzes indicated that Psychology has an expressive role in inclusion due to its understanding of human development and subjectivity, and one of the most frequent actions, performed by educational psychologists, is the search to raise reflections with the school community on the inclusion, breaking existing stigmas and generalizations about students with disabilities.*

**Keywords:** *Disability, Inclusive Education, School Psychology.*

## INTRODUÇÃO

Atualmente vivencia-se o paradigma da inclusão no Brasil, mas nem sempre essa prática foi discutida e evidenciada. Após a Declaração de Salamanca, em 1994, (BRASIL, 1994) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, Lei nº 9.394 (BRASIL, 1996), foram levantadas diversas discussões e estudos a respeito da política de inclusão das pessoas com deficiência no ensino regular. Entretanto, no ano de 2008, com a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, houve um movimento sobre a Inclusão no Brasil com maior intensidade (BRASIL, 2008).

Em consonância muitos autores vêm pesquisando como são e foram tratadas essas pessoas desde a antiguidade até os dias atuais na sociedade, para buscar compreender melhor o processo de construção histórica acerca da pessoa com deficiência (PCD) (ROSSETTO *et al.*, 2006). Antigamente, as PCD'S eram abandonadas, perseguidas e até mesmo mortas, devido às suas condições atípicas. Somente a partir da Idade Moderna é que houve uma mudança de perspectiva, onde iniciou o interesse da ciência, mais especificamente da medicina, e com isso começou também a preocupação com a socialização e a educação dessas pessoas (MIRANDA, 2008).

No Brasil, país signatário de muitos documentos inclusivos, a década de 1980 foi marcante, pois o mesmo buscou a afirmação do direito à Educação das pessoas com deficiência, iniciando assim um debate para estimular o cumprimento do artigo 205 da constituição federativa, o qual trata da educação para todos (BARBOSA; FIALHO; MACHADO, 2018). Porém, somente no ano de 2008 pode-se identificar a intensificação das diretrizes que vinculam a ampliação da escolarização dos alunos com deficiência e a valorização do ensino comum no país ganhar organicidade com a aprovação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BAPTISTA, 2019).

Conforme Baptista (2019), essa intensificação trouxe resultados perceptíveis, refletindo nos índices de matrículas de alunos com deficiência, que mostrou um aumento significativo nas classes regulares de ensino. Entretanto, cabe ressaltar que é preciso analisar as condições dessa escolarização, levando em conta aspectos como a participação, o acesso e o desempenho escolar.

Conforme o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP - no Censo da Educação Básica de 2018, o total de matrículas de alunos público alvo da Educação Especial chegou a 1,2 milhões, ou seja, houve aumento de 33,2 % em relação a 2014 (BRASIL,

2018). O índice de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (TGD<sup>5</sup>) e altas habilidades matriculados nas classes regulares de ensino tem aumentado gradativamente. As etapas da educação básica apresentaram um percentual de 88,0% de alunos incluídos em 2018. Verificou-se que em 2014 a porcentagem de alunos incluídos era de 87,1 % e em 2018 foi para 92,1%, entre a população de 4 a 17 anos (BRASIL, 2018). Esses dados refletem a importância da preparação e formação dos profissionais que atuam na educação para que esse público seja incluído, de fato, com qualidade e efetividade.

Sabe-se que não basta uma lei estar vigente para que ela seja realmente aplicada, principalmente por existir inúmeras barreiras que impedem que a inclusão seja, de fato, exercida nas escolas de ensino regular (GLAT; NOGUEIRA, 2003). Segundo San'tana (2011) é preciso buscar uma reflexão sobre os problemas e os desafios da inclusão que propicie a conscientização de toda a equipe escolar, das famílias e também da comunidade, a fim de construir estratégias coletivas que auxiliem na efetivação dos princípios inclusivos na prática.

Com isso, a política de inclusão escolar oferece a possibilidade de revisão das práticas escolares excludentes, as quais deixavam os alunos com deficiência à parte da educação. Deste modo, a reflexão contínua da ação e compromisso com a mudança no tratamento da diversidade humana traz também a participação da Psicologia no debate da inclusão e na busca por uma sociedade mais democrática (GOMES; SOUZA, 2011).

Outrossim, a Psicologia vem ganhando espaço atualmente no ambiente da educação, principalmente após a aprovação da Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019 (BRASIL, 2019), a qual contribuiu para comprovar a importância da Psicologia dentro da escola, devido ao trabalho que busca realizar, pautado no respeito à diversidade e nos princípios dos Direitos Humanos, em prol de uma sociedade mais ética. No entanto, a lei é apresentada de uma forma generalista quanto ao trabalho do psicólogo escolar e não cita a inclusão, fato este que direciona o profissional para a busca de apoio em outros documentos que possam embasar sua prática.

A partir do que foi apresentado, percebe-se a pertinência desta pesquisa, a qual teve como base a seguinte pergunta: Quais as contribuições que a Psicologia pode oferecer para o contexto da educação inclusiva? Buscando responder a tal questionamento, o estudo discute as principais dificuldades da inclusão enfrentadas no contexto escolar, além das ações a serem realizadas para a promoção de uma educação inclusiva. Portanto, esta pesquisa justifica-se pela sua importância na contribuição de estudos sobre a Psicologia no contexto da Educação Inclusiva, bem como no auxílio aos profissionais da área sobre a reflexão a respeito do seu papel.

Segundo Barbosa e Conti (2011), sabe-se que a psicologia, principalmente na área escolar tem um papel fundamental, pois além de professores, a escola inclusiva demanda uma ajuda tanto interna quanto externa, de outros profissionais. Conforme a Declaração de Salamanca (1994),

---

<sup>5</sup> Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) é a nomenclatura utilizada no DSM-IV, atualmente com o DSM- 5 a nomenclatura correta passa a ser Transtorno do Espectro Autista (TEA).

o fornecimento de uma rede de apoio é essencial para que as políticas educacionais inclusivas funcionem, cumprindo seu papel.

Considerando o exposto, este estudo teve como objetivo central compreender o papel da psicologia frente à educação inclusiva. Como objetivos específicos, buscou-se apontar as principais dificuldades da inclusão no contexto escolar brasileiro, identificar as ações que a Psicologia pode desempenhar para promover a inclusão; e verificar o papel da Lei nº 13.935 frente à educação inclusiva.

Para tanto, o estudo está organizado da seguinte forma: No primeiro tópico do referencial teórico abordam-se questões referentes ao histórico da pessoa com deficiência; no segundo tópico explana-se sobre a escola e o seu papel frente à inclusão; no terceiro tópico contempla-se a psicologia e a educação. Na sequência, apresentam-se os aspectos metodológicos da pesquisa e por fim, os resultados e discussões, onde foram elencadas quatro categorias de análise, estabelecidas de acordo com os objetivos da pesquisa, sendo elas: A psicologia e a educação inclusiva: seu papel e suas contribuições; a psicologia na promoção da inclusão: ações e práticas; as dificuldades vivenciadas na inclusão no contexto brasileiro; e, A Lei 13.935 e a educação inclusiva.

## REFERENCIAL TEÓRICO

### BREVE HISTÓRICO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

As pessoas com deficiência enfrentaram diversos obstáculos até chegarem ao reconhecimento de cidadãos com direitos, desde a sua eliminação (morte) e abandono até a tolerância cristã, onde eram considerados indivíduos com alma (filhos de Deus). No decorrer dos anos, houve vários termos para designá-los, todos preconceituosos, sendo que alguns ainda perduram e estão enraizados até hoje (ROSSETTO *et al.*, 2006).

Ao longo da história, essas pessoas receberam um tratamento influenciado por questões culturais e religiosas, inclusive, a Bíblia faz referências a cegos, leprosos e mendigos, colocando-os como indesejados pela sociedade. Além disso, conforme a literatura antiga, quem possuía deficiência intelectual servia de bobo da corte ou palhaço para entretenimento dos senhores (NUNES; SAIA; TAVARES, 2015).

De acordo com Rossetto *et al.* (2006) em Esparta (Grécia Antiga), por exemplo, os meninos precisavam ser capazes de defender o estado lutando. Caso possuíssem alguma deficiência não estariam aptos à guerra e, dessa forma, eram abandonados. Ainda segundo o autor, em Atenas o modo de tratamento não era muito diferente ao de Esparta. Ao nascer, o bebê que apresentava deficiência era morto pelo próprio pai. Logo, a eliminação de crianças com deficiência era muito comum, tanto que filósofos conhecidos como Platão e Aristóteles concordavam com tal prática, pois na época havia os ideais de beleza e, pessoas que não os apresentavam, eram mortas.

Conforme Miranda (2008), na Idade Média o modo de lidar com essa população variava entre caridade pelas pessoas cristãs, e castigo, aplicado pela comunidade em que a pessoa com deficiência residia. No período conhecido como Feudalismo, a divisão das classes sociais modificou-se e então as pessoas com deficiência deixaram de ser abandonadas, pois, neste período, além de poderem servir como mão de obra, também havia o cristianismo que não permitia suas mortes. A segregação também passou a ser algo comum, pois passaram a ser deixadas em hospitais ou asilos, que na época eram mantidos pelas igrejas (ROSSETTO *et al.*, 2006).

Já na Idade Moderna, com o surgimento do capitalismo e o interesse da ciência, mais precisamente da medicina, pelas pessoas com deficiência, passou a existir uma preocupação na socialização e educação desses indivíduos. Contudo, permanecia a visão patológica acerca da pessoa que apresentava deficiência, o que contribuía com o preconceito e desprezo da sociedade para com esses sujeitos, conforme sinaliza Miranda (2008). Ainda, segundo a autora, entre o final do século XIX e início do século XX, começam a surgir as escolas para atender esse público e, assim, as classes especiais, estabelecendo uma educação segregadora.

Entretanto, na década de 70 do século XX observou-se um movimento importante de integração das pessoas com deficiência, para que fossem incluídas nos ambientes escolares da maneira mais próxima possível daquelas oferecidas às outras pessoas (MIRANDA, 2008). Mas registra-se que, conforme já citado na introdução, foi a partir de marcos históricos como a Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação que o panorama da segregação das pessoas com deficiência começou a se modificar.

Contudo, o conceito de integração era a ideia de “inclusão” na época. Atualmente, este conceito é considerado ultrapassado, pois não basta integrar a pessoa com deficiência na escola e esperar que ela se adapte e interaja socialmente neste ambiente. O termo mais atual e que realmente evidencia o que se deve visualizar na prática é “inclusão”, o qual coloca o indivíduo no mesmo espaço que os demais, dando suporte para que ele tenha acesso, participação e aprendizagem, sendo membro ativo deste processo (MANTOAN, 2004).

Ainda, dentro do contexto inclusivo, a Educação Especial foi um fator fundamental no cenário da educação desses sujeitos. Ela se desenvolveu sob o modelo de segregação da educação, tentando reparar a história de exclusão da pessoa com deficiência no ensino escolar. Hoje, a Educação Especial atua como modalidade da educação dentro do contexto regular de ensino (BARBOSA; FIALHO; MACHADO, 2018). Assim, pode-se dizer que a Educação Especial se caracterizou por ações isoladas e o atendimento inicial se direcionou mais às deficiências visuais, auditivas e, em menor parte, às deficiências físicas. Destaca-se ainda que nesta época, inicialmente o atendimento dirigido às pessoas com deficiência era realizado com base em duas vertentes da Educação Especial no Brasil, o médico-pedagógico e o psicopedagógico (MIRANDA, 2008).

A partir dessa explanação evidencia-se que a Educação Especial é uma área do conhecimento muito recente no Brasil, considerando que apenas a partir do século XIX ela foi incluída na grade curricular dos cursos de Pedagogia e demais licenciaturas. Mesmo assim, ela tem trazido grandes questionamentos a respeito dessa visão segregacionista em relação às pessoas com deficiência, buscando ideias pautadas na inclusão e quebrando o preconceito e a exclusão enraizados historicamente dentro do contexto educacional, mais precisamente na escola (BARBOSA; FIALHO; MACHADO, 2018).

## A ESCOLA E SEU PAPEL FRENTE À INCLUSÃO

Conforme Mantoan (2004), a escola, por ser organizada para atender um aluno idealizado e por ter sido traçada por um projeto educacional elitista, de meritocracia e homogeneizador, tem produzido situações excludentes, prejudicando muitos estudantes. Infelizmente, por falta de uma avaliação bem fundamentada, muitos alunos têm corrido o risco de serem vistos e apontados como pessoas com deficiência e serem conduzidos a um atendimento especializado de forma equivocada. Ainda de acordo com a autora, vive-se uma época de crise global, na qual o velho paradigma da sociedade moderna vem sendo contestado e há uma nova reinterpretação do que se tem por conhecimento. A inclusão faz parte dessa contestação e da mudança que se quer obter na educação, para que a escola não continue anulando o que acontece ao seu redor, desconsiderando as diferenças.

Apesar das lutas pela garantia dos direitos a uma educação inclusiva ter iniciado há algumas décadas e alguns avanços nas legislações, ainda se têm vivenciado muitas limitações devido à complexidade que a questão apresenta. A inclusão ainda é um processo em construção, pois se sabe que não basta o aluno estar na escola, é preciso mais do que isso, é necessário que a escola compreenda as diferenças como desafio à garantia do direito à educação plena. É fundamental que todos os envolvidos na educação sintam-se sujeitos de direitos dentro da escola para repassar essa vivência para além dos muros dela (MARIUSSI; GISI; EYNG, 2016).

Conforme Mantoan (2004), a escola abriu-se aos novos grupos sociais, mas não aos novos conhecimentos, uma vez que entende que a democratização é a massificação do ensino, onde a aprendizagem deve ocorrer de modo padrão, conforme suas determinações. Diante disso, fica claro que se deve questionar o modelo metodológico imposto aos alunos pelas escolas desde o início da formação escolar. A divisão em disciplinas, de modo fragmentado e sem interligação, é uma forma de separar os conhecimentos, quando na realidade, o conhecimento é uma integração de saberes, sem reduzir o complexo ao simples, e é isso que aumenta a capacidade de aprender.

A escola é muito importante para propagar uma cultura em direitos, além de ser um espaço privilegiado para a convivência e compreensão da diversidade e é fundamental que as pessoas consigam entender isso. Dessa forma, se a escola conseguir cumprir o seu papel, com certeza haverá cada vez

mais pessoas com deficiência incluídas e elas terão seus espaços por direito respeitados (MARIUSSI; GISI; EYNG, 2016).

Igualmente, os sistemas escolares ainda estão apoiados em um pensamento que recorta a realidade e permite a divisão dos alunos em “normais” e com deficiência. A lógica dessa organização é marcada por uma visão determinista, mecanicista e, principalmente, reducionista, o que é próprio do pensamento científico atual, que ignora o lado subjetivo, afetivo e criativo dos alunos, os quais são necessários para o rompimento do velho modelo escolar e a produção da “reviravolta” que a inclusão exige (MANTOAN, 2004).

Mariussi, Gisi e Eyng (2016) trazem que as escolas devem mais do que incluir as pessoas com deficiência, elas também precisam reconhecer a diversidade, respeitando-as e auxiliando-as na sua própria superação. Por isso, o professor é de extrema importância, porque além de repassar conhecimentos, ele também precisa agir e sentir-se como um sujeito de direitos, o que exige que sua formação o prepare devidamente.

Diante disso, torna-se evidente que a inclusão implica em uma mudança de ponto de vista educacional, por não se limitar apenas aos alunos com deficiência e aos que possuem dificuldades de aprendizagem, mas porque envolve todos os alunos, para que todos tenham um bom resultado escolar. Os educadores inclusivos possuem grande preocupação com os alunos com deficiência, porém sabe-se que a maioria dos que “fracassam” na escola não são os que vieram da educação especial, mas provavelmente acabarão nela (MANTOAN, 2004).

Portanto, para Mariussi, Gisi e Eyng (2016) a tarefa de preparar para a cidadania e uma vivência em direitos humanos além de ensinar a ser reflexivo, cabe à escola, aos professores e toda comunidade escolar. Logo, a escola deve transformar-se em um ambiente inclusivo e participativo, onde todos, sem exceções, tenham espaço e sintam-se acolhidos e, principalmente, respeitados. Para que a inclusão aconteça de forma efetiva, é necessário ampliar a rede de apoio, oportunizando discussões entre as diversas áreas que atuam neste contexto, dentre elas, a Psicologia.

## A PSICOLOGIA E A EDUCAÇÃO

Para se compreender o trajeto histórico da Psicologia Escolar é preciso o estudo a respeito do papel da Psicologia enquanto ciência e profissão, que surgiu no momento histórico de consolidação do capitalismo, o qual trouxe novas formas de relações sociais. Com isso, a Psicologia participou da sustentação de novas relações, desempenhando um papel preciso sob o capitalismo, contribuindo para que estas relações mantivessem o desenvolvimento econômico (GUZZO *et al.*, 2010).

Quanto ao Brasil, afirma-se que é muito difícil tentar universalizar algumas das suas principais condições, visto que, possui características bastante diversas e apresenta dimensões continentais. Além disso, o país acumula indícios das consequências causadas pela industrialização do século XX,

como por exemplo, a grande desigualdade social. Esse desenvolvimento dispare existe ainda, até mais desigual e violento, especialmente no sistema de ensino (ALBUQUERQUE, 1995; JANUZZI, 2005). Segundo Guzzo *et al.* (2010), esse cenário torna-se pertinente para a análise da inserção do profissional psicólogo, levando em conta seus diversos ambientes, dentre eles as escolas e outros espaços educativos não formais, os quais revelam e sustentam a desigualdade, devido a sua estrutura e dinâmica. Isso fica claro diante da condição da escola pública em relação à realidade da escola privada, que é totalmente diferente, sendo que é na rede pública que a maior parte das crianças brasileiras estuda. Diante disso, os autores trazem que o ingresso dos profissionais da Psicologia nas escolas para promover o desenvolvimento fica cada vez mais difícil e distante sem as políticas públicas.

Quanto à trajetória da Psicologia na Educação, sua história está tomada de intervenções repressivas que recaem em imperativos sociais como a medicalização, patologização e normatização dos sujeitos. A Educação, ao ser compreendida como uma prática social humanizadora, deixa clara a menção de um novo paradigma de compromisso social da Psicologia na Educação. Deste modo, cabe a Psicologia Escolar/ Educacional desconstruir preconceitos e auxiliar na compreensão das singularidades, de forma que permita a visão integral sobre o desenvolvimento dos seres humanos (CRPRS, 2019).

A Psicologia na Educação, especialmente na segunda metade do século XX, utilizou-se do modelo psicometrista, ou seja, de aplicação de testes psicológicos, que são fundamentados na proposta clínica, voltados para diagnósticos. Esse modo de atuação dos psicólogos juntamente com o conhecimento da época, contribuiu para a segregação das crianças nas escolas/classes especiais, sendo este o dos principais geradores da política de exclusão da escola (GUZZO *et al.*, 2010).

Ainda, de acordo com Lima (2017), a Psicologia sempre esteve presente na educação, criando critérios de classificação para as crianças que não se enquadravam aos padrões ditos ideais pela sociedade, em vários períodos da história, cujas denominações foram mudando de acordo com o período. Tais denominações passaram de “normais” e “anormais” para “criança problema”, além de delimitar os deficientes e carentes.

No entanto, Guzzo *et al.* (2010) trazem que a atuação do psicólogo era influenciada por políticas educacionais que impediam a presença deste profissional nos espaços educacionais, o que dificulta uma análise da realidade concreta, já que esta compreensão deveria ser pautada em práticas de psicólogos escolares. Infelizmente, durante muito tempo a prática do psicólogo conhecida pelos educadores foi centrada somente no modelo médico de atendimento às crianças nas clínicas de psicologia. Conforme Lima (2017), somente a partir da década de 1980 do século XX, iniciou-se um movimento de análise crítica da atuação desse profissional, com o intuito de considerar os processos desenvolvidos na escola. Assim, os “problemas de aprendizagem” também passaram a ser considerados como um fenômeno complexo, instituído socialmente, abarcando aspectos sociais, históricos e políticos.

Portanto, a importância da inserção do psicólogo na escola é justificável quando se analisa a história da psicologia, enquanto ciência, ao responder o chamado da educação. É possível compreender

o significado da participação desse profissional na escola atual e apontar atuações alternativas à clínica. No momento, a Psicologia conta com a ainda recente Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, a qual dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e do Serviço Social nas redes públicas de educação básica (BRASIL, 2019). Tal lei é de fundamental para que o trabalho da Psicologia escolar se efetive e contribua nos espaços educacionais em suas diversas nuances, dentre elas, a inclusão.

Salienta-se ainda que o Conselho Federal de Psicologia (2007) traz na Resolução nº 013/2007, em seu anexo II, que o psicólogo especialista em Psicologia Escolar/Educacional atua no âmbito da educação formal, realizando pesquisas, diagnóstico e intervenção preventiva ou corretiva em grupo e individualmente. E a respeito da educação inclusiva, o profissional orienta a aplicação de programas especiais de ensino após analisar as características do indivíduo portador de necessidades especiais, além de realizar um trabalho em equipe interdisciplinar, integrando seus conhecimentos aos dos demais profissionais da educação.

## **METODOLOGIA**

O estudo teve como base a pesquisa qualitativa, que conforme Gil (2018) prioriza a clareza do problema a ser investigado, de caráter descritivo, o qual possibilita a observação, descrição e classificação a respeito do objeto de trabalho, visando primeiramente à descrição das características de determinado acontecimento a ser estudado.

A pesquisa se deu a partir de uma revisão bibliográfica, elaborada com base em materiais já publicados, como livros, revistas, teses, dissertações e anais de eventos científicos. Além disso, com as novas formas de disseminação de informações, a pesquisa incluiu também outros tipos de fontes, como por exemplo, o material disponibilizado pela Internet (GIL, 2018).

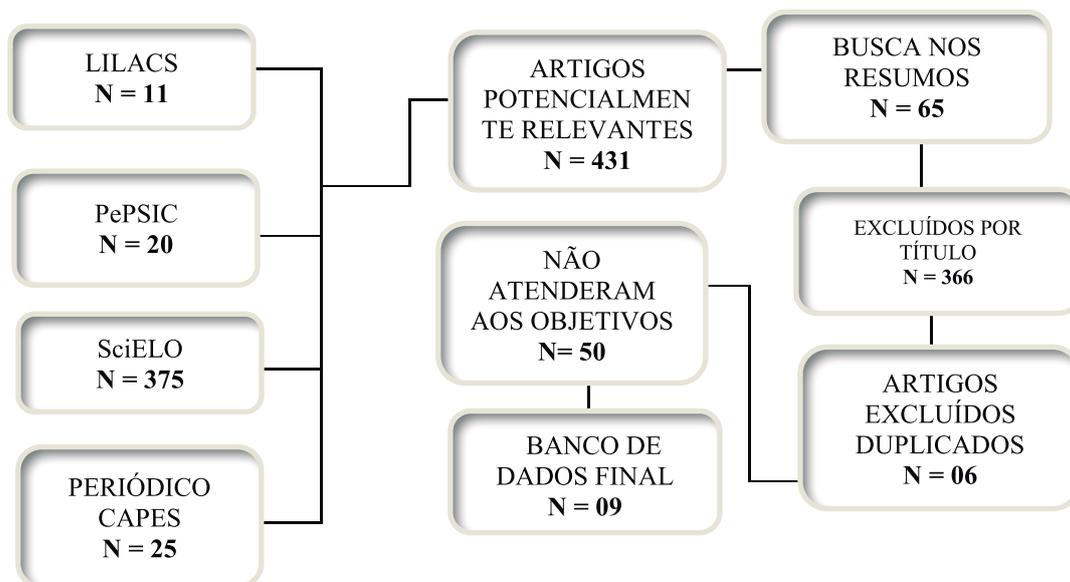
Para a realização da pesquisa, foi feita uma busca nas seguintes bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e o Portal de Periódicos CAPES, utilizando os seguintes descritores: “educação inclusiva” OR “inclusão” AND “psicologia”. Também foram utilizadas informações de documentos como políticas e leis que complementavam a temática abordada, as quais não tiveram estabelecimento de recorte temporal. Após a busca, houve o armazenamento dos resultados. Encontraram-se 431 artigos potencialmente relevantes indexados nas bases de dados supracitadas.

Os critérios de inclusão adotados foram: estudos publicados em português, disponibilizados de forma gratuita e que trouxeram no resumo a ligação da área da psicologia no contexto da inclusão escolar. Os critérios de exclusão foram: estudos publicados em português, mas realizados fora do Brasil e estudos desenvolvidos de forma isolada em escolas especiais. Foram analisados os estudos publicados entre os anos de 2008 a 2020. A escolha do ano de 2008 se deu pelo fato de que nesse ano foi criada a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva,

movimentando assim a inclusão no contexto brasileiro. Após a seleção de artigos pelo título, restaram 65 estudos, os quais tiveram seus resumos lidos, no entanto, percebeu-se que 03 repetiam-se em três bases de dados, logo foram excluídos. Ao final, restaram 59 artigos, sendo que destes, apenas 09 respondiam aos objetivos da pesquisa.

Abaixo segue o fluxograma da seleção dos estudos.

**Figura 1** - Fluxograma da pesquisa nas bases de dados



Fonte: Construção das autoras

A análise dos dados se deu, primeiramente, a partir da leitura do material obtido nas buscas. Conforme Gil (2018), para analisar os materiais encontrados deve-se atender aos seguintes objetivos: a) identificar as informações e os dados constantes no material; b) estabelecer a relação das informações e dos dados obtidos com o problema proposto; c) analisar a consistência das informações e dados apresentados pelos autores. Ainda, segundo esse autor, a classificação dos tipos de leitura que foram realizadas considera quatro tipos, que variaram conforme o avanço da pesquisa bibliográfica. São elas: leitura exploratória, que verifica em que grau o dado consultado interessa à pesquisa; leitura seletiva, onde seleciona-se somente as partes do material que de fato interessam à pesquisa; leitura analítica, realizada apenas com os dados selecionados, ordenando e resumindo as informações contidas nas fontes para o alcance das respostas ao problema de pesquisa; e leitura interpretativa, que teve como objetivo relacionar o que os autores afirmam, com o problema de pesquisa (GIL, 2018).

Concomitante às leituras realizou-se a análise de conteúdo de Bardin (2016), que neste caso contou com dois polos cronológicos: 1) pré-análise e 2) tratamento dos resultados obtidos e interpretação. A pré-análise consistiu na fase de organização e teve por objetivo operacionalizar e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir à realização de um esquema preciso do desenvolvimento das operações seguintes, num plano de análise. E por fim, os resultados foram tratados de maneira

a serem significativos e válidos, estabelecendo um quadro de resultados conciso, colocando em evidência as informações fornecidas pela análise, tanto das similaridades quanto das diferenças apresentadas nos estudos, construindo-se assim categorias para redação dos resultados.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### DIFICULDADES VIVENCIADAS NA INCLUSÃO NO CONTEXTO BRASILEIRO

No Brasil, apesar de se ter políticas que garantem o direito à inclusão, pesquisas indicam que, o que se vivencia na prática é bem diferente do que se é garantido pelas leis. As escolas normalmente não possuem as condições físicas, pedagógicas e sociais necessárias para assegurar a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais, incluindo os professores e demais membros da equipe escolar que, frequentemente não sabem ao certo como lidar com tais questões (ANDRADA *et al.*, 2018).

O processo de inclusão escolar possui muitos impedimentos e a maioria deles se refere, de acordo com Braz-Aquino, Ferreira e Cavalcanti (2016), à falta de preparo e capacitação do profissional, aspectos relativos à infraestrutura da escola e a falta de investimentos na educação por parte do Governo e das Secretarias. Ainda há a necessidade de uma melhor preparação e embasamento teórico-prático para os profissionais de educação atuarem junto aos estudantes com NEE, pois falta uma formação acadêmica voltada para as práticas educacionais fundamentais à promoção da inclusão.

Segundo Leonardo (2008) a maioria das escolas se encontram praticamente carecidas de infraestrutura necessária para se implantar projetos inclusivos, tanto nos aspectos físicos quanto de recursos humanos. Como afirmou Braz-Aquino, Ferreira e Cavalcanti (2016), a maior parte dos professores não está sendo preparada para receber esses alunos, corroborando com o estudo de Leonardo (2008), que indicou que os mesmos estão sentindo-se inseguros, preocupados e sem amparo na profissão. Ainda, de acordo com Silveira, Enumo e Rosa (2012), além da falta de preparo dos profissionais envolvidos, falta também a participação da família e de uma rede de serviços que ofereça apoio e conhecimentos relacionados à saúde e educação.

As autoras citam também a falta de materiais, problemas na adequação do ambiente e recursos, problemas organizacionais, dificuldades no cumprimento das políticas educacionais e as falhas na formação acadêmica dos profissionais da área como obstáculos para a educação inclusiva expandir-se (SILVEIRA; ENUMO; ROSA, 2012). Para além desses entraves, Nascimento (2019) também traz sobre outra limitação, impasse que está associado à sociedade capitalista, que age sob a lógica de exclusão, pois, a todo momento pessoas são excluídas e incluídas, assim como, produtos, serviços, empresas, marcas e tendências, dentre outros.

Ainda segundo o autor supracitado, nas escolas não é diferente. O aluno que possui um melhor desempenho se sobressai em relação ao que possui um baixo rendimento escolar, sendo o primeiro

valorizado e considerado o mais competente, enquanto o outro é deixado às margens do processo educacional. Dessa forma, fica clara a precariedade da inclusão e evidente que ao entrarem alunos com NEE nas escolas regulares, não encontrarão estruturas adequadas e, sequer, mudanças de comportamentos e atitudes.

A Declaração de Salamanca (1994) traz que as escolas devem aceitar todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, sociais e/ou intelectuais, ou seja, ela tem o papel e a função de respeitar e acolher a diversidade humana, jamais deixando que as diferenças sejam um fator de exclusão. A escola precisa adaptar-se para oportunizar o desenvolvimento de todos os indivíduos, para além de suas necessidades, logo, a inclusão exige mudanças tanto na estrutura educacional quanto da sociedade, pois, o que acontece em uma, reflete na outra (BARBOSA; CONTI, 2011). Juntamente com as políticas públicas, têm-se também as leis, que visam contribuir e assegurar o processo de inclusão, sendo a Lei nº 13.935, uma lei recente que traz o profissional psicólogo para dentro desse espaço, a qual será comentada na sequência.

## A PSICOLOGIA E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: SEU PAPEL E SUAS CONTRIBUIÇÕES

No Brasil, ser profissional da psicologia na área educacional é conhecer as necessidades de todos os sujeitos incluídos neste contexto, independentemente de suas classes sociais, capacidades físicas e/ou mentais, estando estes em situação de vulnerabilidade ou não. Sendo assim, é defender o direito ao atendimento do indivíduo sem discriminação e intolerância, promovendo seu desenvolvimento (GOMES; SOUZA, 2011). Com isso, Andrada *et al.* (2018) destacam que a Psicologia enquanto ciência de fundamentos da educação, possui um papel expressivo na inclusão devido a sua compreensão sobre o desenvolvimento humano e do sujeito.

Dazzani (2010) também traz sobre a contribuição da Psicologia Escolar para a democratização do ensino, sinalizando-a em três aspectos: a formação do psicólogo, a Psicologia na formação do professor e a pesquisa na Psicologia. Contudo, a autora comenta que estes aspectos só terão êxito se a escola contar com um ambiente interdisciplinar, onde vários profissionais se fazem ouvir, incluindo o psicólogo. Assim, Nascimento (2019) afirma que as intervenções onde a psicologia tem sido pensada e praticada tem que estar conectada com outros saberes, despontando como essencial para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE).

O psicólogo que atua nas escolas não pode ser instruído para intervir individualmente, mas de forma sistêmica, juntamente com outros saberes, para o planejamento e execução de ações mais amplas. Desse modo, o profissional contribuirá na criação de ambientes mais positivos para a aprendizagem onde todos os alunos, sem exceções, possam aprender (BARBOSA; CONTI, 2011). Nascimento (2019) reafirma isso, trazendo que o saber-fazer da Psicologia não pode assumir uma postura individualista, é preciso atuar através da transversalidade entre saberes, pois a luta pela inclusão requer um trabalho coletivo.

A participação da Psicologia no debate da inclusão possui como ponto central a constante reflexão de suas ações e o compromisso com a mudança na forma de tratar a diversidade humana, na busca de uma sociedade mais democrática (GOMES; SOUZA, 2011). De acordo com Dazzani (2010), o psicólogo precisa envolver-se com atividades que permitam que os alunos tenham sucesso em suas tarefas de forma a diminuir o fracasso escolar, situações de risco e de outros fatores que podem inibir suas potencialidades. Desta forma, ele estará promovendo saúde e trabalhando na prevenção.

Sabe-se que o empenho da Psicologia na inclusão é primordial, pois mesmo que a educação seja direito de todos os cidadãos, ainda há dificuldades para grande parte das pessoas terem acesso e aquelas que ingressam nela encontram uma fragilidade muito grande no modelo escolar (NASCIMENTO, 2019). Logo, os desafios encontrados pelos psicólogos escolares são tão reais quanto os problemas que afligem as instituições escolares, sendo necessária uma ação profissional crítica e construtora da realidade que se oponha a política educacional segmentada existente nas escolas (GOMES; SOUZA, 2011).

Portanto, o profissional que optar por trabalhar nessa realidade deverá estar ciente e compreender as demandas por justiça e direito, além de elaborar suas ações para contribuir criticamente e se colocar como agente comprometido com tais demandas (DAZZANI, 2010). Desta forma, o psicólogo poderá fazer a diferença no processo inclusivo por meio de seus trabalhos, apresentando os benefícios e a eficácia da educação inclusiva para a comunidade escolar (BARBOSA; CONTI, 2011). Cabe, pois, mostrar que há uma preocupação com práticas decorrentes da Psicologia para além de um modelo de atendimento clínico e a realização de encaminhamentos (ANDRADA *et al.*, 2018).

### **A psicologia na promoção da inclusão: ações e práticas**

Em estudos realizados sobre a concepção de professores e diretores sobre a inclusão escolar, notou-se que a Educação Inclusiva demanda um ensino adaptado às diferenças e as necessidades individuais de cada criança, de modo que os educadores precisam estar habilitados para trabalharem de forma competente junto aos alunos, nas várias fases do ensino. Desta forma, os profissionais da psicologia que atuam em ambientes educacionais também precisaram redimensionar suas práticas para as demandas que começaram a emergir deste contexto (FONSECA; FREITAS; NEGREIROS, 2018).

Ainda, de acordo com os autores, a escola regular inclusiva trouxe desafios aos professores, destacando a importância dos mesmos como público-alvo de atuação do psicólogo escolar. Assim, tem-se como atribuições do profissional, elaborar e executar procedimentos que contribuam para o conhecimento da relação aluno-professor, estabelecendo metodologias de ensino que favoreçam a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos, realizando atividades tanto de forma preventiva quanto resolutiva (CFP, 1992).

Braz-Aquino, Ferreira e Cavalcanti (2016) trazem que as diferenças devem ser trabalhadas, reconhecidas e transformadas com criatividade pelos agentes educacionais, principalmente pelos

psicólogos escolares, e que estes devem ter ações comprometidas com o respeito e a aceitação das diferenças. A Psicologia possui grande responsabilidade na promoção da inclusão, uma vez que os profissionais têm compromissos com a transformação dos processos educativos e com a realização de mudanças necessárias para a melhoria da educação no país.

Sabe-se que muito tem se falado sobre inclusão escolar, mas também há muito a ser feito, e para isso o Conselho Federal de Psicologia (2013) aponta caminhos para superar tal demanda e coloca o psicólogo escolar como fundamental, para juntamente com os demais agentes escolares, em uma construção conjunta, desenvolver ações/práticas humanizadas de inclusão, como por exemplo: fazer o acompanhamento do aluno com necessidades educacionais especiais, observando sua subjetividade e suas demandas específicas; a adaptação dos processos de avaliação psicopedagógica; auxiliar professores e colegas; participar na articulação de serviços para o atendimento do aluno com deficiência, além de aprimorar programas e projetos de inclusão na escola que favoreçam as potencialidades dos alunos e não suas “deficiências” (ANDRADA *et al.*, 2018).

Ainda de acordo com o autor, uma das ações mais frequentes dos psicólogos inseridos na educação é buscar suscitar reflexões com toda a comunidade escolar sobre a inclusão, para romper com os estigmas existentes e as generalizações acerca dos alunos com necessidades educacionais especiais. Fonseca, Freitas e Negreiros (2018), trazem também como atribuições do psicólogo escolar o desenvolvimento de atividades de caráter preventivo e também resolutivo, elaboração de procedimentos para conhecimento da relação professor-aluno, através de ações coletivas e interdisciplinares, para assim, estabelecer uma metodologia de ensino que possibilite a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos, além de participar do planejamento pedagógico e das avaliações e rendimentos das práticas educacionais.

Braz-Aquino, Ferreira e Cavalcante (2016), também reforçam essas ações como práticas do profissional dentro das escolas, incluindo outras intervenções, como: orientação a docentes e cuidadores (pais) da criança, trabalhar o preconceito e o bullying, a escuta dos alunos, encaminhamento, quando necessário, promoção de encontros com as crianças que possuem NEE e projetos que abordem a temática. Assim, o psicólogo escolar possui como foco auxiliar a superação das barreiras que o aluno vivencia em seu contexto escolar por meios de apoio na interação e comunicação (ANDRADA *et al.*, 2018).

É muito importante que o profissional discuta e problematize a inclusão junto à equipe escolar, fazendo-a refletir sobre seus princípios e práticas, de maneira que possibilite criar estratégias de intervenção, as quais propiciem aos alunos com necessidades educacionais especiais sua efetiva inclusão escolar e social, estimulando suas potencialidades, rompendo com estigmas e acolhendo as diferenças (BRAZ-AQUINO; FERREIRA; CAVALCANTE, 2016). Com isso, salienta-se sobre a relevância da adoção de medidas menos individualizantes e a elaboração de práticas que trabalhem em coletivo, contextualizando os processos educacionais e envolvendo os professores como parceiros (FONSECA; FREITAS; NEGREIROS, 2018).

De acordo com Andrada *et al.* (2018), a principal tarefa do psicólogo escolar é propiciar momentos de troca, reflexão e escuta, onde através destes encontros se pense as práticas pedagógicas, analisando as já existentes e repensando suas eficácias. Nesses espaços é importante também que os professores consigam expor suas angústias e limitações e sejam acolhidos, porque somente assim é que conseguirão desenvolver outro olhar e, a partir disso, outras estratégias acerca da aprendizagem de seus alunos.

Portanto, o psicólogo escolar é um forte agente transformador, especialmente quando tem noção do seu papel e de sua prática enquanto profissional. Ele realiza ações que respeitam as diferenças, contribuindo na construção de um ambiente que favorece a inclusão, em conjunto com os demais agentes educacionais, de modo integrado, promovendo reflexões e delineando estratégias interventivas e/ou preventivas (BRAZ-AQUINO; FERREIRA; CAVALCANTE, 2016).

## A LEI 13.935 E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A aprovação da Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019 (BRASIL, 2019), que “Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.”, traz o seguinte:

Art. 1º As redes públicas de educação básica contarão com serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais.

§ 1º As equipes multiprofissionais deverão desenvolver ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais.

§ 2º O trabalho da equipe multiprofissional deverá considerar o projeto político-pedagógico das redes públicas de educação básica e dos seus estabelecimentos de ensino.

Art. 2º Os sistemas de ensino disporão de 1 (um) ano, a partir da data de publicação desta Lei, para tomar as providências necessárias ao cumprimento de suas disposições.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação (DOU, 2019, p.7).

A lei supracitada contribuiu para comprovar a importância da Psicologia no espaço escolar, reiterando que a atuação dos psicólogos está alicerçada nos direitos humanos e na defesa da educação como um direito de todos, conforme é prescrito na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, e na Constituição Federal, de 1988 (CFP, 2020). Contudo, a lei se apresenta de uma forma generalista quanto ao trabalho do psicólogo escolar e não cita sobre a inclusão, fato este que direciona o profissional para a busca de apoio em outros documentos que possam embasar sua prática.

Dessa forma, para dar suporte a atuação do psicólogo escolar, o Conselho Federal de Psicologia (2020) construiu documentos que são considerados marcos fundamentais para contribuir e orientar estes profissionais. Além das leis, o CFP também apresenta a Resolução nº 13, de 14 de setembro de 2007, que dispõe sobre as normas e os procedimentos para o registro de especialista em Psicologia

e determina o campo de atuação deste profissional na área Escolar e Educacional, e as Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos na educação básica (2019).

Assim, de acordo com as Referências Técnicas (CFP, 2019), o trabalho do psicólogo na área escolar, geralmente envolve a atenção ao estudante que possui alguma deficiência, o qual até a década de 1980 ficava à margem da educação, sendo encaminhado para classes/escolas especiais. Porém, há obstáculos para uma atuação crítica do psicólogo escolar de forma inclusiva, como a sua formação inicial, que trata superficialmente a temática da deficiência e inclusão, além da ênfase clínica que é dada às disciplinas de Psicologia Escolar.

Por isso, ainda conforme as Referências Técnicas, é importante que o psicólogo escolar inserido nesses contextos desenvolva trabalhos em grupos com toda a equipe escolar, envolvendo os familiares, para que se possibilite a abordagem da temática do preconceito, promovendo também reflexões sobre barreiras comportamentais e arquitetônicas existentes no cotidiano escolar. A promoção de discussões a respeito do preconceito e da inclusão pode proporcionar o sentimento de pertencimento desses alunos, além de superar as práticas individuais, focadas no atendimento clínico (CFP, 2019).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da realização da revisão bibliográfica da literatura, foi possível responder aos objetivos traçados, os quais centraram-se na discussão do papel da Psicologia frente à educação inclusiva. A temática pesquisada mostra-se relevante na atualidade, pois além de colaborar com estudos sobre a Psicologia no contexto da Educação Inclusiva, trazendo suas práticas, auxilia os profissionais da área educacional na reflexão a respeito do seu compromisso com a inclusão. Possibilita também melhor compreensão do processo de construção histórica a respeito da pessoa com deficiência e de leis e políticas da inclusão.

Diante dos resultados encontrados, percebeu-se a importância da Psicologia neste cenário e o quanto esta evoluiu em suas práticas, pois teve seu início dentro da educação marcado por críticas por atender a um modelo clínico “patologizante”. Atualmente as práticas do psicólogo escolar estão pautadas em intervenções multidisciplinares, envolvendo toda a comunidade escolar e as famílias, com adoção de medidas menos individualizantes, contribuindo com a relação professor-aluno e repensando as práticas pedagógicas. Registra-se, porém, a dificuldade em realizar esta pesquisa devido à escassez de estudos específicos que abordem a inclusão e a psicologia, de forma mais aprofundada, orientando as práticas dos profissionais psicólogos.

Outrossim, através da pesquisa notou-se também que há barreiras para a Psicologia diante da promoção da inclusão, juntamente com a crítica a respeito da falta de formação acadêmica e profissional

voltada para atuação com pessoas com deficiência, da mesma forma como falta preparo/capacitação dos professores para lidar com este público. Assim como os psicólogos acabam por não compreenderem o seu o papel como agentes transformadores, os educadores também referem sobre o desamparo e o sentimento de incapacidade que sentem diante da inclusão escolar.

Portanto, a partir das pesquisas bibliográficas realizadas durante a produção deste trabalho, sugere-se mais pesquisas acerca das práticas a serem desenvolvidas pelos psicólogos tendo como público-alvo não somente os alunos, mas também os professores da educação básica das escolas de ensino regular. O tema da educação inclusiva vem sendo muito discutido, porém o foco dos estudos publicados ainda é na deficiência do aluno, sem contemplar os demais participantes deste processo (alunos, equipe escolar e família), principalmente o profissional professor, o qual é um dos principais mediadores na promoção da inclusão dentro de uma sala de aula.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, R. C. Estratégia de desenvolvimento e combate à pobreza. **Estudos avançados**, v. 9, n. 24, p. 75-116, 1995.

ANDRADA, P. C. *et al.* Possibilidades de intervenção do psicólogo escolar na educação inclusiva. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 11, n. 1, p. 123-141, 2018.

BAPTISTA, C. R. Política pública, Educação Especial e escolarização no Brasil. **Educação e Pesquisa**, v. 45, 2019.

BARBOSA, A. J. G.; CONTI, C. F. Formação em psicologia e educação inclusiva: um estudo transversal. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 15, n. 2, p. 231-234, 2011.

BARBOSA, D. S.; FIALHO, L. M. F.; MACHADO, C. J. S. Educação inclusiva: aspectos históricos, políticos e ideológicos da sua constituição no cenário internacional. **Actualidades Investigativas en Educación**, v. 18, n. 2, p. 598-618, 2018.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3. reimpr. São Paulo: Edições, 2016.

BRANCO, M. T. C. Que profissional queremos formar?. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 18, n. 3, p. 28-35, 1998.

BRASIL. Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 12 dez. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3AXTtiq>. Acesso em: 31 mai. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <https://bit.ly/3AVBjOm>. Acesso em: 15 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1994. Disponível em: <https://bit.ly/3BarJHJ>. Acesso em: 15 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo Técnico Censo da Educação Básica 2018**. Brasília: Ministério da Educação, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2OO3fNO>. Acesso em: 16 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC/SECADI, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3PxKEzQ>. Acesso em: 16 abr. 2020.

BRAZ-AQUINO, F. S; FERREIRA, I. R. L; CAVALCANTE, L. A. Concepções e práticas de psicólogos escolares e docentes acerca da inclusão escolar. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 36, n. 2, p. 255-266, 2016.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Atribuições Profissionais do Psicólogo no Brasil**: Contribuição do Conselho Federal de Psicologia ao Ministério do Trabalho para integrar o catálogo brasileiro de ocupações. Brasília, 1992. Disponível em: <https://bit.ly/2lPpph6>. Acesso em: 8 dez. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Psicólogos (os) e assistentes sociais na rede pública de educação básica**: Orientações para regulamentação da Lei 13.935, de 2019. Conselho Federal de Psicologia e Conselho Federal de Serviço Social. 1. ed. Brasília: CFP, 2020. Disponível: <https://bit.ly/3lJiwrn>. Acesso em: 8 dez. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na educação básica**. Conselhos Regionais de Psicologia. Centro de Referência técnica em Psicologia e Políticas Públicas- CREPOP. 2. ed.- Brasília: CFP, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2mokQhG>. Acesso em: 8 dez. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP N. ° 013/2007** - Consolidação das resoluções relativas ao título profissional de especialista em psicologia. 2007. Disponível em: <https://bit.ly/32LqvyO>. Acesso em: 22 jun. 2020.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA. **Psicologia na Educação: saberes e fazeres**. Comissão de Políticas Públicas. Núcleos de Educação, Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul. 1. ed.- Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3civAaX>. Acesso em: 22 jun. 2020.

DAZZANI, M. V. M. A psicologia escolar e a educação inclusiva: Uma leitura crítica. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 30, n. 2, p. 362-375, 2010.

FONSECA, T. S.; FREITAS, C. S. C.; NEGREIROS, F. Psicologia escolar e educação inclusiva: A atuação junto aos professores. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 24, n. 3, p. 427-440, 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GLAT, R.; NOGUEIRA, M. L. L. Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil. **Comunicações**, v. 10, n. 1, p. 134-142, 2003.

GOMES, C.; SOUZA, V. L. T. Educação, psicologia escolar e inclusão: aproximações necessárias. **Revista Psicopedagogia**, v. 28, n. 86, p. 185-193, 2011.

GUZZO, R. S. L. *et al.* Psicologia e Educação no Brasil: uma visão da história e possibilidades nessa relação. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 26, n. SPE, p. 131-141, 2010.

JANNUZZI, P. M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, v. 56, n. 2, p. 137-160, 2005.

LEONARDO, N. S. T. Inclusão escolar: um estudo acerca da implantação da proposta em escolas públicas. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 12, n. 2, p. 431-440, 2008.

LIMA, A. O. M. N. Breve histórico da psicologia escolar no Brasil. **Psicologia argumento**, v. 23, n. 42, p. 17-23, 2017.

MANTOAN, M. T. E. O direito de ser, sendo diferente, na escola. **Revista CEJ**, v. 8, n. 26, p. 36-44, 2004.

MARIUSSI, M. I.; GISI, M. L.; EYNG, A. M. A Escola como Espaço para Efetivação dos Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 22, n. 3, p. 443-454, 2016.

MIRANDA, A. A. B. Educação Especial no Brasil: desenvolvimento histórico. **Cadernos de história da educação**, v. 7, p. 29-42, 2008.

NAKANO, Tatiana de Cássia. Grade Curricular dos Cursos de Graduação em Psicologia: análise da formação para educação especial. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 24, 2020.

NASCIMENTO, L. R. Encontros possíveis entre psicologia e educação para a inclusão escolar. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro , v. 71, n. 1, p. 6-18, 2019.

NUNES, S. S.; SAIA, A. L.; TAVARES, R. E. Educação inclusiva: entre a história, os preconceitos, a escola e a família. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 35, n. 4, p. 1106-1119, 2015.

ROSSETTO, E. *et al.* Aspectos históricos da pessoa com deficiência. **Educere et Educare**, v. 1, n. 1, p. 103-108, 2006.

SANT'ANA, I. M. Contribuições da atuação do psicólogo escolar na educação inclusiva: Concepções de professores e diretores. **Vertentes (UFSJ)**, p. 26-38, 2011.

SILVEIRA, K. A.; ENUMO, S. R. F.; ROSA, E. M. Concepções de professores sobre inclusão escolar e interações em ambiente inclusivo: uma revisão da literatura. **Revista brasileira de educação especial**, v. 18, n. 4, p. 695-708, 2012.